

Gláucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre **Inclusão 2**



**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão 2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805  1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.  CDD 361.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928056</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>64</b>
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928057</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>76</b>
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>84</b>
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>94</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>105</b>
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>113</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussier de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>142</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>163</b>
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280518</b>	



<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva  Allan Kardec Alves da Mota  Karla Janaina Barbalho Maciel  Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>215</b>
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva  Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  Elidiane Lemos do Nascimento  Michele Santana de Oliveira  Elisnando Correia Ferreira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>226</b>
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio  Stenio de Brito Fernandes  Geraldo Mendes Florio  Magnólia Maria Oliveira Costa  Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida  Judith Perez Ferreira  Pedro Humberto Faria Campos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280524</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>248</b>

## A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II

### **Cintia Tavares Ferreira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPGE)  
Rio de Janeiro / RJ

### **Celeste Azulay Kelman**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPGE)  
Rio de Janeiro / RJ

**RESUMO:** O presente estudo é um recorte da pesquisa desenvolvida pela primeira autora, sob orientação da segunda, sobre a implementação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, do Colégio Pedro II, criado no âmbito da educação infantil. Trata-se de uma pesquisa teórico-prática em uma instituição federal, que contribui para as práticas educativas de inclusão neste segmento de escolarização. Tem como objetivos refletir e avaliar com a equipe o trabalho do núcleo; dialogar sobre as dificuldades encontradas até o momento; investigar algumas leis sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, discutindo seus impactos e suas contribuições na Educação Infantil. O relato de experiência aqui tratado está relacionado mais especificamente ao Centro de Referência em Educação Infantil

Realengo (CREIR) visto que é a única unidade que atende esta primeira etapa no Colégio Pedro II. Sendo assim, discutiremos algumas políticas de Educação Especial e suas implicações na Educação Infantil; a constituição do NAPNE na Educação Infantil do Colégio - o trabalho inicial, os processos e sujeitos envolvidos, o Atendimento Educacional Especializado, as mediações, as trocas com a equipe escolar - pensando e repensando sobre as práticas inclusivas. Já é possível perceber muitos avanços e entender a necessidade de ampliar o trabalho do NAPNE como, por exemplo, criando uma sala de recursos multifuncionais, aperfeiçoando a qualidade da docência dos professores, ampliando a presença de professores com carga horária integral para mediação e a presença da fonoaudióloga escolar no núcleo.

**PALAVRAS- CHAVE:** inclusão; educação infantil; necessidades específicas; NAPNE.

**ABSTRACT:** This study presents/discusses some of the findings of a larger research study developed by the first author, oriented by the second one, about the implementation of Nucleus of Assistance to People with Specific Needs – NAPNE, at Colégio Pedro II, created in the context of early childhood education. It is a theoretical-practical research in a Federal institution, which contributes to the educational

practices of inclusion in this segment of schooling. It aims to reflect and evaluate the work with the team; discuss about the problems encountered so far; investigate some laws on Special and Inclusive Education, discussing their impacts and contributions to early childhood education. The experience report is precisely related to the Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR), since it is the only unit that has this first stage in Colégio Pedro II. Thus, we will discuss some Special Education policies and their implications in Early Childhood Education; NAPNE formation at school's Early Childhood Education – the beginning of the work, the processes and subjects involved, the Specialized Educational Assistance, the mediation, the exchanges with school staff - thinking and rethinking about inclusive practices. It is already possible noticing several advances and to understand the need to expand the work of NAPNE such as the creation of a multifunctional feature room, enhancing the quality of teachers' work, increasing the presence of teachers with full hours to mediation and the presence of a speech-language pathologist at the team.

**KEYWORDS:** inclusion; Early Childhood Education; Specific Needs; NAPNE

## 1 | INTRODUÇÃO

Inclusão tem a ver com a ampliação da participação para todas as crianças e adultos. Tem a ver com apoiar as escolas a se tornarem mais responsivas à diversidade de bagagens, interesses, experiências, conhecimentos e competências das crianças. (BOOTH & AINSCOW, 2012, p.9)

Inclusão é um tema que tem suscitado diversas discussões, gerando políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Falar de inclusão é pensar além da educação especial. Abrange a diversidade, envolvendo a todos no processo de aprendizagem, o reconhecimento das diferenças, necessidades e potencialidades de cada sujeito.

O presente estudo é um recorte da pesquisa desenvolvida pela primeira autora, sob orientação da segunda, sobre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, do Colégio Pedro II, criado no âmbito da Educação Infantil (EI).

Inicialmente se discute a criação do NAPNE na educação infantil, a partir dos documentos publicados pela Reitoria do Colégio Pedro II. Trata-se de uma pesquisa teórico-prática que contribui para as práticas educativas de inclusão neste segmento de escolarização. Tem como objetivos refletir e avaliar com a equipe o trabalho do núcleo; dialogar sobre as dificuldades encontradas até o momento; investigar legislação sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, discutindo seus impactos e suas contribuições na EI.

O NAPNE foi instituído no Colégio Pedro II por meio da Portaria nº 906 de 18 de maio de 2012, com nova redação na Portaria nº 1128 de 25 de junho de 2012, designando-o nas seguintes unidades: Unidade Escolar Centro; Unidade Escolar

Descentralizada de Duque de Caxias; Unidade Escolar Engenho Novo I e II; Unidade Escolar Humaitá I e II; Unidade Escolar Descentralizada de Niterói; Unidade Escolar Realengo I e II; Unidade Escolar São Cristóvão I, II e III; Unidade Escolar Tijuca I e II. Até 2017, a única unidade onde ainda não existia NAPNE era no Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR). Atualmente, a modalidade Educação Infantil no Colégio Pedro II existe somente em Realengo.

As atividades da educação infantil em Realengo tiveram início em 26 de março de 2012, na Unidade Escolar Realengo II. No final de 2013, o reitor Oscar Halac criou a Unidade de Educação Infantil Realengo (UEIR) através da Portaria nº 2.331 de 20 de dezembro de 2013, e designou uma Coordenação Setorial para a Educação Infantil, com o intuito de garantir autonomia na gestão, além do cuidado e da atenção necessários às especificidades das crianças na faixa etária entre quatro e cinco anos. Em 2016, a UEIR foi extinta e, na mesma data, instituído o Centro de Referência em Educação Infantil Realengo, através da Portaria nº 3.031, de 03 de outubro de 2016, absorvendo de forma automática toda a estrutura organizacional da UEIR, desde o espaço físico até o quadro de pessoal (BRASIL, 2017).

O NAPNE na EI do Colégio Pedro II começou a ser criado em junho de 2017, a partir da designação da primeira autora para a implantação desse núcleo, sob orientação da Coordenação Setorial do CREIR e NAPNE Geral/ DAE (Diretoria de Assuntos Estudantis). Como é recente, o núcleo ainda se encontra em construção, suscitando diversas reflexões sobre o trabalho a ser desenvolvido.

Conforme estabelece a PORTARIA nº 906 DE 18 DE MAIO DE 2012:

Art. 2º O NAPNE, no Colégio Pedro II, se caracteriza como um espaço pedagógico, responsável pelo atendimento a estudantes que são público-alvo da Educação Especial, conforme legislação, e a estudantes com necessidades educacionais específicas. (BRASIL, 2012, p.1)

O NAPNE tem portanto uma especificidade, pois amplia o atendimento para além do público-alvo da educação especial, incluindo qualquer indivíduo que apresente necessidades educacionais específicas, que podem ser decorrentes de fatores inatos ou adquiridos e de caráter permanente ou temporário, que resulte em alguma dificuldade na aprendizagem ou no desenvolvimento. Essa atribuição do NAPNE amplia o foco do público-alvo da Educação Especial, desconcentrando das deficiências e se direcionando para um espectro bem mais amplo, em torno de todos os alunos que apresentem qualquer necessidade ou dificuldade.

A construção do núcleo tem sido feita desde o início por meio de trocas com a equipe escolar (professores, coordenação, orientação, técnicos) e nessas trocas têm surgido algumas questões: Como é a atuação do núcleo na educação infantil? Quais os caminhos a seguir para uma verdadeira inclusão nessa etapa? Será que as práticas pedagógicas do CREIR são inclusivas? Essas e outras questões permeiam as discussões com a equipe escolar e nos faz refletir cada vez mais sobre nossa

prática e a constituição desse núcleo.

## 2 | ABORDAGEM METODOLÓGICA

O relato de experiência aqui tratado diz respeito ao NAPNE na EI, mais especificamente o Centro de Referência em Educação Infantil Realengo - CREIR, visto que é a única unidade que atende na EI do Colégio. O CREIR atende a 168 crianças e funciona em dois turnos: o primeiro no horário de 7h15 às 11h45 e o segundo das 13h15 às 17h45. As crianças estão distribuídas em 12 turmas, pelos grupamentos III (3 a 4 anos), IV (4 a 5 anos) e V (5 a 6 anos) e o ingresso acontece por meio de sorteio público anual (BRASIL, 2017, p.14).

Como o NAPNE no CREIR é recente, conforme apresentamos, não pretendemos trazer discussões fechadas sobre essa construção, e sim iniciar reflexões acerca dos processos inclusivos nesta etapa de ensino.

O artigo traz uma perspectiva histórica e prática, já que discute as práticas de inclusão na educação infantil do Colégio e a atuação pedagógica da primeira autora nesse contexto. A pesquisa provoca uma discussão para além da teoria, proporcionando contribuições para a prática profissional, pois a reflexão, a prática reflexiva e a pesquisa são consideradas elementos fundamentais no desenvolvimento profissional dos professores (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

O aporte teórico para esse estudo tem seu início na discussão e problematização sobre a inclusão, usando como referencial alguns documentos legais e o *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas* (BOOTH; AINSCOW, 2012). Essa publicação consiste em um documento norteador para encorajar o desenvolvimento inclusivo nas escolas. De acordo com os autores, o Index é definido como:

(...) um conjunto de materiais para apoiar a autorrevisão de todos os aspectos de uma escola, incluindo atividades no pátio, salas de professores e salas de aulas e nas comunidades e no entorno da escola. Ele encoraja todos os funcionários, pais/responsáveis e crianças a contribuírem com um plano de desenvolvimento inclusivo e a colocá-lo em prática. (BOOTH; AINSCOW, 2012, p.9)

Traremos portanto, algumas políticas de Educação Especial e suas implicações na Educação Infantil; a constituição do NAPNE na Educação Infantil do Colégio - o trabalho inicial, os processos e sujeitos envolvidos, o Atendimento Educacional Especializado, as mediações, as trocas com a equipe escolar - pensando e repensando sobre práticas inclusivas.

### 3 | O APORTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para Gomes (2014) o objetivo da educação inclusiva é criar mecanismos que facilitem a inclusão dos alunos com necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino da educação infantil ao nível superior. A fim de garantir esses direitos e após diversas discussões mundiais sobre o tema, documentos foram sendo construídos ao longo dos anos objetivando uma educação mais inclusiva respeitando a diversidade, as especificidades e as necessidades de cada sujeito.

Alguns documentos legais que embasam as práticas da educação especial no viés da inclusão são o Decreto nº 7.611, de 17/11/2011; a Lei nº 13.005, de 25/06/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024; a Nota Técnica nº 04/2014, que orienta os documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, do PNE explicita na meta 4:

(...) universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p.55)

As políticas educacionais estão avançando no sentido de se pensar em uma educação inclusiva. Na Educação Especial, o Decreto nº 7.611/2011, em seu artigo 2º menciona:

(...) deve garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p.1)

Ao se falar na garantia de serviços de apoio que objetivem a eliminação das barreiras que possam obstruir o processo de escolarização, destacamos que a Educação Especial está atrelada ao ensino regular. Logo, a Educação Especial não precisa ser oferecida somente em escolas específicas e sim em qualquer instituição escolar, junto com o apoio especializado.

A respeito desse apoio especializado, o Decreto nº 7.611/2011 esclarece que esse serviço é denominado de Atendimento Educacional Especializado (AEE), “compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” que podem ser prestados de forma “complementar ou suplementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo

e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais.” (BRASIL, 2011)

A educação especial perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo importante sua articulação com todas essas etapas para que possa eliminar as barreiras de aprendizagem e ampliar a participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas em seu processo de aprendizagem.

A Nota Técnica nº 04/2014 promoveu um avanço ao esclarecer que o Atendimento Educacional Especializado se constitui pelo caráter pedagógico, dispensando a exigência de laudo do aluno para que ele tenha matrícula no AEE. Sendo assim,

(...) não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. (...) O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico. (BRASIL, 2014, p.3)

Nesse sentido, o laudo se torna um documento complementar, de forma a auxiliar o trabalho pedagógico e a articulação com profissionais da saúde, mas não pode ser um documento obrigatório. Na educação infantil, devido à faixa-etária, a maioria das crianças que apresentam alguma necessidade educacional específica não tem laudo e isso incita o professor a ter um olhar mais apurado sobre as necessidades e possibilidades de cada criança.

Contextualizando a educação especial no Colégio Pedro II, a Portaria nº 1887 de 13 de junho de 2017 explica o trabalho do NAPNE citando a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 que Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, na qual

(...) determina que o projeto pedagógico institucional deve institucionalizar a oferta ao AEE e prevendo em sua organização sala de recursos multifuncionais (no CPII – são os NAPNE's), a matrícula dos alunos em classe regular e no AEE, prioritariamente no contra turno, estabelecendo o cronograma desses atendimentos, como o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI); professores para o exercício da docência do AEE e outros profissionais da educação e que atuem no apoio, criando-se assim uma rede de apoio de formação, pesquisa, serviços e equipamentos. (BRASIL, 2017, p.1)

O PNE (2014-2024) traz na meta 4 a importância de “ampliar as equipes de profissionais da educação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues” (BRASIL, 2014, p.57). A demanda para atender às necessidades individuais dos educandos torna-se fundamental.

Os documentos legais trazem aspectos da educação especial e do AEE, como condições de acessibilidade, adaptações curriculares, capacitação de professores,

entre outros, com o objetivo de promover uma educação inclusiva. Por essa razão, não compreende apenas as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas todos os alunos. É preciso perceber que,

(...) cada ser humano é único em sua essência e formação, portanto, não há um único caminho para a construção do conhecimento, mas sim muitas caminhadas e por estradas nem todas conhecidas ou muitas vezes ainda por trilhar. Assim sendo, esse é o momento para as instituições de ensino buscarem as novas estradas, pois os caminhantes já se encontram a postos. (GOMES, 2014, p.47)

É nessa caminhada, no qual os caminhantes já estão a postos, que o NAPNE está sendo constituído nesse espaço de educação infantil (EI).

#### 4 | UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por perpassar todos os níveis de escolarização – a Educação Especial – torna-se imprescindível abordar a Educação Infantil nesse contexto. Como não existe um modelo único de EI a ser seguido, cada instituição expressa uma concepção pedagógica.

O Centro de Referência em Educação Infantil Realengo utiliza como aporte as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), tendo como eixos norteadores as brincadeiras e as interações, constituintes do trabalho. O currículo no CREIR está atento ao cuidado, à escuta e às experiências que cada um traz consigo. Assim,

Essa atitude de escuta fala de crianças e adultos. Desdobra-se em vivências, um caminho que nos instiga a caminhar, a estar juntos. Um caminho que se faz no caminhar, um caminhar que faz caminho, do qual participam múltiplos agentes, crianças e adultos, com culturas próprias, que atravessam umas às outras, formando composições ricas, diferentes, outras a cada momento: um singular plural. Em uma escola de Educação infantil, esse caminhar, sejamos crianças ou adultos, é feito de infância. (BRASIL, 2017, p. 27 e 28)

Esse caminhar, atento à singularidade dos sujeitos e ao olhar sensível para/com cada criança é a base do trabalho no NAPNE do CREIR. As crianças que apresentam necessidades específicas são acompanhadas pela equipe do núcleo, que auxilia os professores, enfatizando o trabalho na escuta e nas possibilidades de atuação pedagógica, repensando a prática.

O fato de que a EI ainda não tinha um núcleo voltado às crianças com necessidades educacionais específicas, não significou que estas não eram atendidas em suas singularidades. Isso pode ser visto nos princípios do Projeto-Político-Pedagógico da instituição, que são em torno do cuidado, da escuta e da integração, valorizando o diálogo atento, que não se reduz a palavras. Um olhar e escuta que favorece a alteridade.



No entanto, havia a necessidade de criar o NAPNE com uma equipe com formação específica na área de educação especial, com a atribuição de auxiliar o trabalho pedagógico dos professores, orientar as famílias, articular-se com profissionais na área da saúde, colaborar com discussões e conhecimentos na área e atender as crianças. Com isso, o NAPNE estaria inovando em respeito ao atendimento em educação especial desde a educação infantil.

O movimento inicial foi de se visitar outros NAPNE's para poder conceber o do núcleo na EI. Na ocasião, a coordenadora (primeira autora) dialogou com a equipe envolvida, acessou documentos e obteve informações importantes para a criação no CREIR.

O passo seguinte foi de participar no Conselho de Classe (COC) do 1º trimestre de 2017, levando à equipe as informações coletadas, assim como uma ficha elaborada em conjunto com a Coordenação Setorial para o início dos registros das crianças. Essa ficha compõe o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) da criança, constando as observações do núcleo, reuniões com as famílias, laudo (caso exista), acompanhamentos médicos, objetivos e mediações realizadas com a criança. Cumpre assim com a recomendação de um ensino individualizado, implementando ações que atendem às necessidades das crianças (BRAUN; VIANA, 2011). Ao valorizar o diálogo constante com a equipe pedagógica, no COC também se discutiu sobre as crianças que estavam sendo observadas e outras foram incluídas, por apresentarem alterações no comportamento, desenvolvimento, interação social, linguagem oral. Uma delas já trazia o laudo de Transtorno do Espectro Autista.

A portaria nº 1887, de 13/06/2017, do Colégio Pedro II, prevê a organização das salas de recursos multifuncionais nos NAPNE's. No entanto, ainda não existe essa sala no setor de educação infantil devido à sua recente criação e por falta de salas disponíveis no CREIR. Inicialmente, a organização das fichas das crianças era feita em computadores do Colégio. Com o tempo o NAPNE ganhou um espaço na sala de informática que, atualmente, é composto de computador e um armário pequeno com recursos como jogos, livros e outros materiais para os atendimentos com as crianças.

Com embasamento na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a constituição do núcleo pauta o trabalho pensando e repensando práticas que promovam a inclusão escolar de todas as crianças, uma vez que é na EI que se desenvolvem as bases para o desenvolvimento humano e a construção da cognição do sujeito. O lúdico e as diferentes formas de comunicação, atividades que estimulem o físico, o emocional e o psicomotor promovem as relações interpessoais e amadurecem o aspecto social.

Considerando as especificidades da faixa etária atendida (3 a 6 anos), as necessidades apresentadas e os documentos legais, o foco do NAPNE na EI tem se pautado nas mediações nos diversos espaços da escola, fazendo as intervenções necessárias, mediando conflitos, auxiliando a criança nas propostas individuais e/ou

coletivas, nas suas interações com o ambiente, com adultos e crianças, a partir de objetivos e estratégias traçados previamente.

Como as interações são dinâmicas, as estratégias sofrem mudanças diante das demandas apresentadas. Quando há a necessidade de um atendimento individualizado, a equipe busca algum horário dentro do turno em que a criança está na escola para frequentar o AEE. Apesar de ainda não existir uma sala própria para esse atendimento, busca-se uma sala que esteja disponível.

No início da criação do NAPNE no CREIR, as mediações eram feitas somente pela coordenadora, mas com o tempo, outros professores passaram a integrar a equipe dedicando algumas horas para as observações e acompanhamento das crianças. A equipe passou a ter cinco professores, mas devido à grande quantidade de crianças em observação e mediação, – cerca de vinte e cinco – e poucas horas disponíveis dos professores para se dedicar ao núcleo, logo esse tempo tornou-se insuficiente. A coordenadora do núcleo – a única com carga horária integral ao núcleo – passou a acompanhar as crianças que apresentavam mais necessidades específicas, dividindo os dias de mediação.

É importante ressaltar que a educação infantil do Colégio caracteriza-se pela bidocência (dois professores por turma), uma estratégia de ação pedagógica que possibilita um olhar mais atento e diversificado às crianças. Constitui uma forma, dentre outras, de garantir o cuidado e a atenção à primeira infância na faixa etária atendida na Educação Infantil (BRASIL, 2017, p. 22).

Da mesma forma, o Projeto Político Pedagógico do CREIR (2017) também traz as possibilidades de atuação e ganhos que as crianças têm com a bidocência:

Dentre outras, é possível, por exemplo, dividir o grupo, oferecendo estratégias diferenciadas para que se alcance um mesmo objetivo simultaneamente, permitindo às crianças experimentar, descobrir e escolher aquelas pelas quais têm mais afinidade. A divisão do grupo pode ocorrer não só no sentido de respeitar a heterogeneidade de gostos e afinidades, mas também os diferentes ritmos que marcam movimentações, momentos de atenção e concentração. (BRASIL, 2017, p. 23)

A bidocência é composta por um exercício diário de escuta e diálogo focado nas crianças. No entanto, quando uma criança demanda uma necessidade específica mais individualizada de um dos professores, a bidocência é prejudicada, já que o outro professor fica responsável por mediar as atividades com o restante da turma. Como há um número expressivo de crianças acompanhadas pela equipe do NAPNE, o professor mediador atua apenas em alguns dias e horários. Nesse sentido, observamos a necessidade de implantar um projeto em que os professores mediadores tenham carga horária integral para fazer a mediação diária, promovendo assim um acompanhamento mais inclusivo dessas crianças.

Houve também a necessidade da presença de uma fonoaudióloga escolar pelas

dificuldades na comunicação apresentadas por algumas crianças, o que passou a ocorrer uma vez por semana, devido às suas múltiplas atribuições em outros *campi* do Colégio Pedro II. Nesse período, essa profissional participou de algumas reuniões com a equipe pedagógica e fez a triagem fonoaudiológica escolar das crianças indicadas pelo núcleo e pelos professores. Depois, foram feitas reuniões individuais com as famílias para o retorno da avaliação, esclarecendo dúvidas, trazendo orientações, finalizando com a recomendação de que algumas crianças fossem encaminhadas para a terapia fonoaudiológica. Em continuidade ao trabalho, o objetivo era que a fonoaudióloga realizasse oficinas de estimulação da linguagem oral, mas o trabalho foi interrompido por necessidades em outros *Campi*. Essa perda foi muito significativa, pois apesar do pouco tempo de atuação, foi possível perceber como é fundamental o trabalho de uma fonoaudióloga escolar junto ao núcleo de Educação Infantil.

O CREIR também passou a contar com uma psicóloga que, apesar de ter sido direcionada para o trabalho na Assistência Estudantil, tem auxiliado o NAPNE no diálogo com a equipe e com as famílias, além do seu olhar especializado para algumas crianças.

O trabalho do núcleo consistiu, portanto, essencialmente em oferta de mediação, intervenção, participação em reuniões de planejamento semanal, COC's, reuniões do núcleo, organização interna (fichas, relatos, registros), reuniões com as famílias e colaboração na escrita dos relatórios de avaliação das crianças. Em parceria com a sala de leitura, o núcleo realizou um teatro de fantoches sobre diversidade racial. O NAPNE promoveu duas palestras voltadas às famílias, uma com a Chefe Geral do NAPNE e outra com a fonoaudióloga do Colégio. O núcleo iniciou o projeto *Vivências Psicomotoras*, enfatizando na importância da psicomotricidade para as crianças dessa faixa etária. Planeja ainda, a oficina de estimulação da linguagem oral com professores do núcleo, mesmo sem a presença da fonoaudióloga, objetivando um estímulo pedagógico à linguagem oral das crianças.

No momento, estamos planejando realizar atividades para introduzir temas sobre inclusão, continuando com o teatro e contação de histórias, Cine NAPNE com vídeos, desenhos e curtas infantis voltados para a área, oficinas de Libras em parceria com os intérpretes dos outros *campi*, rodas de conversa sobre temas relacionados a educação inclusiva com a equipe pedagógica (aproveitando e estimulando a troca de saberes entre a equipe), palestras e debates para os responsáveis sobre o tema da educação especial.

Entende-se o NAPNE como um núcleo que deve eliminar qualquer barreira à aprendizagem e à participação dos indivíduos em todos os aspectos da escola, sejam eles, as crianças, os funcionários ou as famílias. No ano letivo de 2018, recebemos uma criança ouvinte, filha de pais surdos, que é denominada pela cultura surda por *Child of Deaf Adults – CODA*. Nos anos 80, esse termo ganhou popularidade, sobretudo pela fundação da organização internacional Children of Deaf Adults, Inc (CODA) que, sediada nos EUA, dedica-se à promoção de temas relacionados às experiências

de filhos ouvintes de pais surdos, mundo afora. Hoje, o termo CODA, cunhado por Millie Brother, é empregado em diversos países, inclusive no Brasil e em Portugal. (CULTURA SURDA.NET, 2013)

Assim que soubemos da chegada dessa família, o núcleo articulou com a Coordenação Setorial Adjunta que a criança tivesse como professores, as duas professoras que também se comunicam por Libras, sendo uma delas fluente na língua. Em todos os eventos envolvendo as famílias, solicitamos a presença de um intérprete de Libras, para viabilizar a presença do casal surdo, respeitando a sua diferença linguística.

A criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no CREIR configura-se como um passo para o desenvolvimento inclusivo na escola, por meio de ações e valores inclusivos. Este processo fundamenta-se nos conceitos de barreiras à aprendizagem e à participação, recursos de apoio à aprendizagem e à participação e apoio à diversidade (BOOTH; AINSCOW, 2012, p.13).

## 5 | AINDA ESTAMOS NO INÍCIO...

O presente texto buscou contar um pouco de uma história escrita a várias mãos. São muitos processos, sujeitos envolvidos, muita discussão, pesquisa e muito estudo na área. Escrever uma história não é uma tarefa tão fácil. E nesse texto estamos longe de contar toda a história do NAPNE do CREIR do Colégio Pedro II.

O CREIR começou um novo capítulo em sua história, trabalhando a Educação Infantil com o foco na perspectiva da inclusão por entender que esse é um dever não só das escolas, mas de toda a sociedade.

Já é possível perceber muitos avanços e entender a necessidade de ampliar o serviço como, por exemplo, criando uma sala de recursos multifuncionais, aperfeiçoar a qualidade da docência dos professores, ampliar a presença de professores com carga horária integral para mediação e a presença da fonoaudióloga escolar no núcleo.

O NAPNE ainda tem muito o que crescer e estamos no caminho. O cuidado, a escuta e as experiências das crianças estarão sempre perpassando por esse caminho, trazendo reflexões e nos movendo a pensar em estratégias e meios que promovam a participação de todas as crianças e a comunidade escolar no Colégio.

O *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas* (BOOTH; AINSCOW, 2012) é um importante recurso para gerar novas reflexões e pesquisas, contribuindo para aperfeiçoarmos os processos inclusivos praticados no NAPNE da Educação Infantil, enaltecendo a participação de todos os sujeitos e eliminando possíveis barreiras à aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a**

**participação na escola.** Tradução: Mônica Pereira dos Santos, PHD. Produzido pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE). Reimpressão: 2012.

BRASIL. Colégio Pedro II. **Pró-Reitoria de Ensino.** Disponível em: <[https://www.cp2.g12.br/proreitoria/proen/diretorias\\_secoes.html](https://www.cp2.g12.br/proreitoria/proen/diretorias_secoes.html)>. Acesso em 19 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Colégio Pedro II. **Projeto-Político-Pedagógico Centro de Referência em Educação Infantil Realengo.** Rio de Janeiro: outubro, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Colégio Pedro II. **PORTARIA N° 906 DE 18 DE MAIO DE 2012.** Institui o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE no Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 18 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Colégio Pedro II. **PORTARIA N° 1128 DE 25 DE JUNHO DE 2012.** **Dá nova redação ao art. 3° da Portaria n° 906, de 18 de maio de 2012, ao art. 1° da Portaria no 907, de 18 de maio de 2012, e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 25 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Colégio Pedro II. **PORTARIA N° 1887 DE 13 DE JUNHO DE 2017.** Estabelece critérios para distribuição de carga horária para os coordenadores do NAPNE. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **NOTA TÉCNICA N° 04/ 2014, 23 de janeiro de 2014.** Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. MEC / SECADI / DPPE. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n° 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. **Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico.** In: PLETSCH, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

CULTURASURDA.NET. **CODA.** Disponível em <https://culturasurda.net/2013/02/01/coda/>. Acesso em 02 jun. 2018.

GOMES, Marise Miranda. **Consolidando a inclusão.** In: O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão – um caminho em construção. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Introdução.** In: Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-363-7

